

# Política.

## Comissão veta "dupla função" de Afif

A Comissão de Ética do Estado de São Paulo opinou ontem pela "impossibilidade" e pela "inconveniência" do acúmulo de cargos de Afif Domingos (PSD), vice-governador e ministro da Secretaria da Micro e Pequena Empresa.

EDITORA:  
ELISA RANGEL  
erangel@redgazeta.com.br  
Tel.: 3321.8332  
agazeta.com.br/politica



## NO ESTADO

# LEI FACILITA A CRIAÇÃO DE MAIS 12 MUNICÍPIOS

### Vila Velha também pode perder a região de Terra Vermelha

VERA FERRAÇO  
EDUARDO FÁCHETTI

A decisão da Câmara dos Deputados em modificar a legislação e devolver aos Estados o direito de criar novos municípios pode mudar o mapa do Espírito Santo. Isso porque na Assembleia Legislativa já existem 12 pedidos de emancipação de bairros e distritos, de norte a sul do Estado. Desses, pelo menos três se enquadram no critério populacional de ter, no mínimo, 12 mil habitantes.

Além disso, 26 bairros de Vila Velha, que hoje compõem a chamada Região 5, já se articulam para formar uma nova cidade.

A criação de novos municípios, entretanto, implica em aumento de gastos para custear as estruturas de Executivo e Legislativo da nova cidade, o que inclui novos prefeitos e vereadores a serem eleitos e os servidores públicos que darão suporte à administração.

A economista Tânia Villela, diretora da Aequus Consultoria, responsável pela Revista Finanças dos Municípios Capixabas, pondera que "cidades pequenas não têm base de arrecadação própria significativa". A principal fonte de financiamento delas é o Fundo de Participação dos Municípios (FPM), repassado pela União.

O projeto de lei complementar, aprovado pela Câmara dos Deputados na terça-feira, reabre o caminho para a criação de novas cidades no país, mas estabelece normas mais rígidas das que existiam antes de 1996. Para barrar a farra na emancipação de cidades, a Emenda

### POSSÍVEL MUDANÇA NO MAPA

Em nº de habitantes

Distritos e bairros que querem se emancipar (já há projeto na Assembleia)



**1 Paulista**  
5.620 hab.  
B. de S. Francisco 40.649 hab.



**2 Nestor Gomes**  
10.823  
São Mateus 109.028



**3 Guriri**  
12.000  
São Mateus



**4 Braço do Rio**  
11.913  
Conceição da Barra 28.449



**5 Bebedouro**  
8.832  
Aracruz 81.832



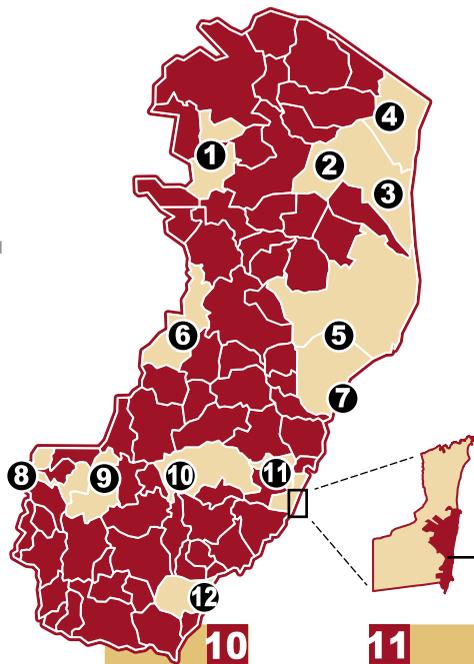
**6 Ibituba**  
1.899  
Baixo Guandu 29.081



**8 Pequiá**  
3.614  
Iúna 27.328



**9 Piaçu**  
3.930  
Muniz Freire 18.397



### COMEÇA A SE MOVIMENTAR

Vila Velha 428.948  
Grande Terra Vermelha 30 mil



**7 Santa Cruz**  
15.314  
Aracruz 81.832



**11 Campo Grande**  
12.000  
Cariacica 348.738



**12 Itaoca**  
5.441  
Itapemirim 189.889

■ A emancipação exige uma estrutura administrativa: prefeitura, servidores municipais, escolas, postos de saúde e planejamento urbano, por exemplo

■ Cada cidade precisa ter uma Câmara Municipal com pelo menos nove vereadores além dos funcionários, todos pagos com dinheiro público

■ Os três últimos municípios criados no Estado foram Governador Lindenberg (1998), São Roque do Canaã (1997) e Brejetuba (1995)

Constitucional 15/1996 foi aprovada e passou a subordinar ao Congresso o surgimento de novos municípios.

### ESTUDO

Agora, o projeto aprovado exige a realização de um Estudo de Viabilidade Municipal e a realização de plebiscitos envolvendo não só a população a ser emancipada, como a da chamada cidade-mãe, que irá perder parte de seu território. Entre as regras está a exigência de um número mínimo de habitantes, que irá variar de acordo com a região, além de condições econômicas que permitam a consolidação e desenvolvimento dos municípios. No Sudeste, que inclui o Espírito Santo, o novo município deve ser igual ou superior a 12 mil habitantes.

No Estado são 12 pedidos de emancipação que estão parados e arquivados na Assembleia: Itaoca (Cachoeiro); Nestor Gomes e Guriri (São Mateus); Pedra Azul do Aracê (Domingos Martins); Campo Grande (Cariacica); Santa Cruz (Aracruz); Braço do Rio (Conceição da Barra); Bebedouro e Desengano (Linhares); Piaçu (Muniz Freire); Pequiá (Iúna); Paulista (Barra de São Francisco); e Ibituba (Baixo Guandu). Todos deram entrada antes de 1996.

Somente Guriri, Campo Grande e Santa Cruz possuem população igual ou superior a 12 mil, segundo dados do IBGE.

Diretor da Agência Desenvolvimento Sustentável de Pedra Azul, o empresário Cláudio Calmon defende a emancipação da região. "O

distrito de Aracê está abandonado há décadas. Além da distância física de 60 quilômetros da sede, Domingos Martins, a gestão não chega perto da gente há muito tempo. Queremos melhorar os serviços públicos da região". Para ele, o assunto não deve ser "polarizado no fato de se criar mais gastos". "Isso é muito simplório".

### VEREADOR

Em Vila Velha, bastou saber que poderia articular um movimento separatista para o vereador Válder Rocon (PDT) marcar dia para ir à Assembleia. Ele pretende iniciar conversas com deputados hoje para juntar documentos e tirar a região da Grande Terra Vermelha do mapa municipal. "Vou pegar todas as informações necessárias para darmos a partida na emancipação. Temos cerca de 30 mil habitantes, agências da Caixa Econômica, do Banestes, indústrias e até o futuro porto de águas profundas de Ponta da Fruta", defendeu Rocon.

Líder comunitário do Parque Residencial Terra Vermelha, o taxista Washington Camilo aprova a ideia. "Temos comércio diversificado e estamos no foco do crescimento comercial. Precisamos de independência, porque os políticos de Vila Velha só nos enxergam no período eleitoral", disse.

O texto original já tinha sido aprovado no Senado, mas como foi modificado pela Câmara, terá que passar por nova votação na Casa.



## NOVOS MUNICÍPIOS

# Deputados avaliam que perda de receita é problema

**Parlamentares dizem que crise financeira exige cautela e pode atrapalhar novas cidades**

EDUARDO FACHETTI  
efachetti@redgazeta.com.br

Caso passe pelo Senado e entre em vigor, a lei que permite a criação de novos municípios vai esbarrar no crivo dos deputados estaduais. Na Assembleia Legislativa, parlamentares ponderam que a crise financeira pela qual passam as 78 cidades capixabas deve ser levada em conta antes de qualquer modificação no mapa estadual.

O presidente da Casa, Theodorico Ferraz (DEM), é um dos que defende que os parlamentares levem em consideração o cenário econômico. “O momento exige cautela. Já pedi à Procuradoria-geral da Assembleia para nos apresentar um raio-X completo da situação”, afirmou.

Existem na Assembleia 12 pedidos de criação de cidades; além deles, lideranças de 26 bairros de Vila Velha já falam em emancipação. A atitude é criticada pelo deputado Marcelo Santos (PMDB), que tem em Cariacica seu principal reduto eleitoral – lá, Campo Grande tenta se separar da atual estrutura administrativa.

“A maioria desses movimentos de emancipação surge de movimentos políticos de alguém que quer se tornar o primeiro prefeito da cidade. O repasse do Estado caiu, o momento é de crise e



“Aprovar (o projeto de lei) seria distribuir pobreza”, critica Marcelo Santos

## O QUE PREVÊ O PROJETO

### ▼ Critérios

O projeto fixa critérios para a criação, fusão e desmembramento de municípios. A formação de novas cidades só será permitida após a realização de Estudo de Viabilidade Municipal e de consulta prévia, mediante plebiscito, às populações envolvidas.

### ▼ População

O texto também exige uma

população mínima, que varia de acordo com a região. Na Região Sudeste, que inclui o Espírito Santo, o novo município deve ter no mínimo 12 mil habitantes. Pelo projeto, o estudo de viabilidade municipal precisa ter apoio de 20% dos eleitores da área a ser emancipada.

### ▼ Assembleia

Com isso, o pedido

segue para Assembleia Legislativa, que vai avaliar as condições econômica-financeira, político-administrativa, sócio-ambiental e urbana. Para conquistar a viabilidade econômica, a nova cidade terá que comprovar arrecadação própria, especialmente para financiar Educação e Saúde.

aprovar isso seria distribuir pobreza”, dispara Marcelo.

Dary Pagung (PRP), que pretende se reunir com lideranças de Ibituba, em Baixo Guandu, para tratar da emancipação, também é cauteloso. “Do jeito que a crise atingiu os

municípios, temos que analisar todos os detalhes. Todos os atuais prefeitos estão reclamando de queda de arrecadação”, diz.

José Carlos Elias (PTB), por sua vez, afirma que o movimento separatista das comunidades de Be-

bedouro e Desengano, em Linhares, perdeu força. “Acho difícil que isso aconteça. Ninguém toca mais no assunto”, avaliou.

Já o governador Renato Casagrande (PSB) informou, via assessoria, que não ia comentar o assunto.

CHICO GUEDES

## Metade da bancada votou a favor da lei

Metade dos 10 deputados capixabas votou a favor do projeto que abre portas para criar novos municípios: Camilo Cola (PMDB), Jorge Silva (PDT), Lauriete (PSC), Manato (PDT) e Sueli Vidigal (PDT).

Com restrições ao texto, outros parlamentares temem uma brecha que formará currais eleitorais e custará alta fatura na manutenção da estrutura de órgãos públicos. Votaram contra César Colnago (PSDB) e Lelo Coimbra (PMDB). Faltaram Iriny Lopes (PT), Paulo Foletto (PSB) e Rose de Freitas (PMDB).

“O projeto liberaliza uma festa e um gasto imenso. O peso da máquina administrativa de uma cidade com mil ou 10 mil habitantes será o mesmo. Estão pegando carona na realidade do Pará, onde há distritos com 30 e até 40 mil habitantes. Tem que ter responsabilidade”,

critica Colnago. Para o tucano, não é o caso de fazer emancipações no Estado.

Bancado pelos contruibutes, outro custo destacado por Colnago, Lelo e Foletto é o impacto em cadeia da construção de sedes e quadro funcional de órgãos como delegacias, judiciário, Câmaras e Ministério Público. O ideal, avaliam, seria reanexar cidades pequenas ao município-mãe.

Já Manato e Jorge ressaltam que o projeto está bem amarrado para evitar excessos. “A regra faz limitações no número de habitantes e em recursos suficientes para a autonomia administrativa”, diz Manato.

Jorge lembra o resgate de emancipações há anos: “A legislação faz um ponto de corte para não deixar criar municípios pequenos e condiciona desmembramentos a plebiscitos”. (Rondinelli Tomazelli)

BETO OLIVEIRA/AGÊNCIA CAMARA



César Colnago foi contra: “Projeto liberaliza festa”

## Municípios mais novos passam por dificuldades

O município mais jovem do Espírito Santo é Governador Lindenberg, no Noroeste. Em maio de 1998, a cidade deixou de pertencer a Colatina e hoje é comandada por Paulo César Coradini (PDT). A cidade possui nove vereadores e, em 2010, registrou a 21ª pior arrecadação do Estado: R\$ 23,9 milhões. Mais de um terço disso (R\$ 9,7 milhões) foi gasto para custear o funcionalismo municipal.

Situação semelhante vive São Roque do Canaã, cidade localizada no Norte

capixaba e criada em 1997. Por lá vivem 11,2 mil pessoas, segundo o IBGE.

Só com a folha de pagamento, a prefeitura gastou R\$ 7,7 milhões dos R\$ 17,6 milhões da receita total. A Câmara, com nove parlamentares, consumiu R\$ 855,5 mil há três anos.

Na avaliação do especialista em políticas públicas Roberto Garcia Simões, o panorama dessas duas cidades não é exceção à regra. “A grande maioria dos municípios criados no passado recente

CARLOS ALBERTO DA SILVA



Roberto Simões faz alerta sobre mudança

passa por dificuldades”.

A economista Tânia Vilela, diretora da Aequus Consultoria, responsável pela Revista Finanças dos Municípios Capixabas, também acende o sinal de alerta. “A criação de novos municípios retira dos demais uma parcela do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), transferido pela União. Também terá que ser dividido com mais cidades o ICMS e o impacto será no município de origem. É preciso se debruçar sobre o projeto minuciosamente”.

## NOSSA OPINIÃO

### Gastos que não beneficiam o povo

Ter a paternidade da criação de municípios é um trunfo político tentador. Mas, dependendo das circunstâncias, pode ser também um ato de inconseqüência. Isso ocorre quando o distrito emancipado não tem arrecadação suficiente para promover condições de bem-estar à população – o que já se vê em algumas áreas do Estado. Por isso, é preocupante a existên-

cia na Assembleia Legislativa de 12 propostas de criação de cidades. Implica elevados gastos com a máquina burocrática da prefeitura e com a Câmara de Vereadores, recursos que deveriam ser investidos em serviços aos cidadãos. E não se trata de esperar que a crise atual passe ou arrefeça para criar municípios. Crises vão e voltam.